

Entrevista

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2026.v32.54359>

Entre os Cravos e a memória: uma entrevista com Maria Inácia Rezola

Between the Carnations and Memory: An Interview with Maria Inácia Rezola

Entre los claveles y la memoria: una entrevista con Maria Inácia Rezola

Francisco Carlos Palomanes Martinho^{*}

<https://orcid.org/0000-0001-7859-9533>

Leandro Pereira Gonçalves^{**}

<https://orcid.org/0000-0002-9233-1098>

Marçal de Menezes Paredes^{***}

<https://orcid.org/0000-0002-9692-5037>

Como citar esta entrevista:

Martinho, Francisco Carlos Palomanes; Gonçalves, Leandro Pereira; Paredes, Marçal de Menezes. “Entre os Cravos e a memória: uma entrevista com Maria Inácia Rezola”. *Locus: Revista de História*, 32, n. 1 (2026): 239-272.

Meio século depois, os Cravos irrompem novamente nas praças públicas e nas avenidas. Desta vez, não apenas em Lisboa, onde irrompeu o golpe militar que depôs a ditadura salazarista, em 1974 liderada por Marcello Caetano. Não mais ornamento, desafiadoramente, o cano de armas de fogo empunhados por seus capitães. Cinquenta anos depois, os cravos motivam, criativamente, uma consistente agenda de eventos, exposições, projetos de investigação e uma miríade de

^{*} Professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP) e Bolsista de Produtividade do CNPq. fcpmartinho@usp.br.

^{**} Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Bolsista de Produtividade do CNPq. leandro.goncalves@ufjf.br

^{***} Professor da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Bolsista de Produtividade do CNPq. marcal.paredes@pucrs.br

conteúdos produzidos para as redes digitais – multiplicando os ecos do 25 de Abril em diversas escalas de comemoração (e de mobilização política), assumindo dimensão verdadeiramente global.

Mais que a celebração de uma simples efeméride, os processos articulados nas comemorações da Revolução dos Cravos desdobraram-se em distintas dinâmicas que dialogam com as independências no continente africano e no asiático, nas percepções díspares das (e nas) comunidades diaspóricas, nos embates em torno das políticas da memória e em novas investigações acadêmicas um pouco por todo lado. Mais que um, portanto, estamos diante de *muitos cravos*.

E como fenômeno múltiplo e global que é, deu azo a que se dessem a ver elementos que lhe definem, mas que nem sempre povoaram certa compreensão estandardizada do 25 de Abril de 1974: o papel das mulheres, das lideranças africanas, o papel dos militares – europeus e africanos, em todas as *fronts* que se lhe antecederam –, o voluntarismo das dinâmicas dos movimentos populares, o alívio dos exilados, os projetos dos partidos políticos, o medo das ameaças (as veladas, as concretas e as imaginárias) intrínsecas ao âmbito da Guerra Fria, as complexidades de um amplo e intrincado processo de transição política (para a democracia e para as independências), as renitências de frustrações quanto ao desenvolvimento do processo político, do deleite da liberdade ao fulgor altivo das independências, da consciência da complexidade do trabalho político para a construção da paz duradoura e de um pluralismo funcional. Tudo somado, não é difícil perceber a quão grandiosa tem sido a experiência deste Cinquentenário da Revolução dos Cravos.

Vieram também à superfície as frustrações e as renitências produzidas pelo próprio desenvolvimento do processo político; as diferentes experiências do deleite da liberdade e do fulgor altivo das independências; e a consciência da complexidade do trabalho político necessário à construção de uma paz duradoura e de um pluralismo funcional. Tudo somado, não fica difícil perceber a dimensão extraordinária da experiência deste Cinquentenário da Revolução dos Cravos.

Como comemoração pública, ao apelar à rememoração do passado, insere-se nele próprio a partir da celebração, funcionando como um *carrefour cultural* onde história e memória se interpenetram a partir da multiplicidade de fontes trazidas a público, ressurgindo das reminiscências do passado e se transformando em (re)vivências no presente. Em cada foto, em cada filme, em cada discurso gravado, cada pôster, cada lampejo de muitos elos, transmutaram-se os Cravos legados em problematizações políticas do tempo presente.

É precisamente nesse cruzamento entre história, memória e esfera pública que se inscreve o percurso de Maria Inácia Rezola. Historiadora, professora e investigadora, construiu uma trajetória intelectual profundamente ligada à História Contemporânea portuguesa, mas que não se restringe ao estudo do acontecimento revolucionário. As investigações de Rezola percorrem o

Estado Novo, o autoritarismo, as instituições políticas, as Forças Armadas, o Conselho da Revolução, a transição democrática, os meios de comunicação e a memória, abrangendo ainda os processos pelos quais uma sociedade interpreta e transmite o seu próprio passado.

Há, nesse percurso, uma combinação significativa entre História e Comunicação. Desde 1997, Rezola exerce atividade docente na Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, onde seu trabalho se inscreve também no território das ciências da comunicação. Essa dupla inscrição ajuda a compreender a sua trajetória: os acontecimentos políticos não são apenas objetos a serem reconstruídos através dos arquivos; são também acontecimentos que circulam pelos meios de comunicação, que são narrados, disputados e transformados em memória coletiva. Rádio, televisão, imprensa, censura, jornalismo e comunicação social durante o processo revolucionário integram, assim, um campo de pesquisa em que os meios de comunicação não são considerados apenas como fontes, mas também como atores que participam da própria produção e disputa da história política.

A aproximação de Rezola com o 25 de Abril ocorreu durante sua formação na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde teve contato com professores como José Medeiros Ferreira, Fernando Rosas, António Reis e A. H. de Oliveira Marques. Posteriormente, durante o mestrado e o doutorado, esse interesse se aprofundou, conduzindo-a a uma investigação cada vez mais sistemática sobre a Revolução. Desde então, o 25 de Abril passou a ocupar um lugar central em sua trajetória acadêmica. O estudo dos militares e do Conselho da Revolução levou-a a investigar as relações entre poder militar, processo revolucionário e transição democrática. Nesse percurso, sua produção intelectual passou a abranger diferentes dimensões da história contemporânea portuguesa, com obras dedicadas ao Estado Novo e ao autoritarismo, à atuação dos militares durante a Revolução, aos mitos do 25 de Abril, à biografia política de Melo Antunes, aos meios de comunicação, ao Conselho da Revolução e, mais recentemente, aos processos de construção e consolidação da democracia portuguesa.

Essa trajetória ajuda a compreender o novo papel assumido pela historiadora em 2022, quando passou a exercer a função de Comissária Executiva da Estrutura de Missão para as Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril. Estabeleceu-se, então, uma linha de continuidade entre a investigação histórica, a curadoria, a comunicação e as políticas públicas de memória. A historiadora que havia estudado os atores, as instituições e os conflitos que marcaram o processo de construção da democracia portuguesa passava a ocupar uma posição institucional nas próprias estruturas responsáveis por celebrar, interpretar e transmitir a memória desse processo.

E é justamente nesse lugar que emergem algumas das questões fundamentais desta entrevista. Como transformar conhecimento histórico em conhecimento público sem reduzir a complexidade do passado? Como comemorar uma Revolução sem convertê-la em uma narrativa única, imóvel ou sacralizada? Como permitir que diferentes sujeitos e comunidades encontrem espaço na memória pública sem transformar pluralidade em relativismo histórico? E como comunicar a história para públicos cada vez mais amplos sem sacrificar o rigor da investigação?

É nesse terreno, entre a história que procura compreender, a memória que seleciona e o presente que disputa sentidos, que se situa esta conversa com Maria Inácia Rezola. Uma conversa sobre a Revolução dos Cravos, mas também sobre aquilo que acontece com uma Revolução depois que ela se transforma em memória; sobre os arquivos que preservamos, as narrativas que construímos, os sujeitos que reconhecemos e aqueles que durante muito tempo permaneceram nas margens; sobre Portugal e África, sobre guerra e independência, sobre ditadura e democracia, sobre o passado e seus usos no presente.

Cinquenta anos depois, os Cravos já não são apenas o símbolo de uma manhã de Abril. Representam também uma pergunta sobre o que foi feito com aquela liberdade, sobre as escolhas da memória e sobre os caminhos que conduziram à democracia atual e aos seus desafios. As próprias comemorações foram pensadas a partir da articulação entre memória e futuro, procurando deixar como legado não apenas a evocação do passado, mas também conhecimento, reconhecimento e participação.

O 25 de Abril não se encerra na data que derrubou a ditadura, nem nas imagens que desde então se tornaram seus símbolos. Ele permanece nas disputas de memória, nas diferentes experiências de quem o viveu e de quem nasceu depois dele, nas relações entre Portugal e os territórios que partilharam sua história colonial, nas instituições democráticas e nas interrogações que fazemos sobre o presente. Como afirma Rezola, o 25 de Abril não deve permanecer apenas como objeto de memória: deve continuar a servir de ponto de partida para pensar liberdade, direitos, participação, cidadania e os desafios colocados às democracias contemporâneas.

É a partir desses muitos Cravos, e das diferentes histórias, memórias e disputas que eles carregam, que se desenvolve a entrevista que segue.



Maria Inácia Rezola na Avenida da Liberdade, durante as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, em 2024
Fonte: Comissão Comemorativa dos 50 Anos do 25 de Abril, 2024. Fotografia de Cláudia Teixeira.

- **A sua trajetória de investigação tem sido marcada pelo estudo do 25 de Abril, da transição democrática e da história política contemporânea portuguesa. Como surgiu esse interesse pelo 25 de Abril e de que forma ele orientou o seu percurso como historiadora?**

O meu interesse pelo 25 de Abril surgiu de forma algo inesperada, mas também bastante curiosa. Quando entrei na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa para estudar História, a época contemporânea não estava, de modo algum, entre as minhas preferências. Sentia-me então muito mais atraída pela Antiguidade Clássica ou pelo Renascimento.

Ao longo da licenciatura, porém, essa perspectiva foi-se alterando. A forma como decorriam as aulas e os seminários, os investigadores que fui conhecendo e os projetos de investigação que me foram sendo apresentados despertaram progressivamente o meu interesse pela História Contemporânea. No último ano do curso, dedicado precisamente ao período contemporâneo, tive ainda a sorte de encontrar um conjunto de professores particularmente marcantes — José Medeiros Ferreira, Fernando Rosas, António Reis e A. H. de Oliveira Marques, entre outros. Foi nesse contexto que deixei de ter dúvidas de que queria seguir a carreira de investigação e especializar-me em História Contemporânea.

O encontro mais direto com o 25 de Abril surgiu já durante o mestrado. Fui então convidada a integrar uma equipa de investigação coordenada por António Reis — um dos pioneiros do estudo da Revolução portuguesa — que preparava uma exposição destinada a assinalar o vigésimo aniversário do 25 de Abril. Coube-me trabalhar sobretudo a dimensão política e institucional, o que implicava não apenas escrever textos, mas também proceder a uma extensa recolha de fontes: documentação, fotografias, materiais de propaganda e registos audiovisuais e sonoros.

Foi precisamente nesse trabalho de arquivo que se produziu, para mim, uma espécie de revelação. Como conhecia ainda relativamente mal o período, comecei pelo arquivo da RDP, onde pedi uma longa lista de reportagens, noticiários e entrevistas. Perante a quantidade de material que tinha solicitado, o arquivista sugeriu-me que comesse por ouvir o célebre discurso de Almada, proferido em pleno *Verão Quente* de 1975, pelo ainda primeiro-ministro Vasco Gonçalves.

Recordo-me muito bem do impacto dessa gravação. Mais do que as palavras propriamente ditas (também bastante impactantes), foram os sons que me impressionaram: os slogans gritados em coro, o entusiasmo da multidão, o tom exaltado do orador, a intensidade política que atravessava todo o registo. Havia ali uma dimensão da Revolução que os textos escritos dificilmente conseguiam transmitir. De repente, aquele passado deixava de ser apenas um objeto histórico relativamente próximo e adquiria uma espessura humana, emocional e política completamente diferente.

Diria que foi nesse momento que tudo mudou. A partir daí, o 25 de Abril e, em particular, o processo revolucionário português tornaram-se progressivamente o centro da minha investigação. Interessava-me compreender não apenas o acontecimento de 25 de Abril de 1974, mas sobretudo o que se seguiu: a construção de novas instituições, os conflitos em torno da legitimidade política, o papel dos militares, as relações entre Revolução e democracia e, mais tarde, os processos de construção e transformação das memórias desse período.

Foi esse primeiro contacto, quase acidental, com as fontes da Revolução que acabou por orientar grande parte do meu percurso como historiadora.

- **Depois de décadas estudando o 25 de Abril como investigadora, passou a coordenar as comemorações oficiais do seu cinquentenário. Como foi a passagem da análise histórica para uma função de responsabilidade pública? O que mudou na sua forma de olhar para a Revolução?**

A passagem da investigação histórica para uma função de responsabilidade pública representou, naturalmente, uma mudança muito significativa, mas não a senti como uma rutura com o meu percurso anterior. Pelo contrário, desde o início procurei que a experiência e os instrumentos da historiadora estivessem presentes na forma como pensámos as Comemorações.

Houve, desde logo, uma característica muito particular na forma como o cinquentenário foi concebido: o seu arco temporal. As Comemorações começaram em março de 2022, no momento em que Portugal passou a contar mais anos de democracia do que de ditadura, uma efeméride com um enorme significado histórico e simbólico. E prolongam-se até finais de 2026, ano em que se assinalam os cinquenta anos da Constituição de 1976 e das primeiras eleições legislativas, presidenciais e autárquicas realizadas no novo quadro constitucional. Esta opção permitiu-nos inscrever o 25 de Abril num processo histórico mais amplo, que inclui a luta e a resistência à ditadura, o fim da ditadura e da Guerra Colonial, a Revolução propriamente dita, a descolonização, o processo constituinte e a construção e institucionalização da democracia.

Para uma historiadora, esta circunstância constituiu uma oportunidade verdadeiramente excecional. Um ciclo comemorativo desta duração permitia não apenas divulgar conhecimento já produzido, mas também estimular nova investigação, visitar arquivos, identificar documentação, promover projetos, cruzar áreas disciplinares e colocar novas perguntas a um período sobre o qual, apesar de muito estudado, continua a haver bastante por conhecer.

Desde o início considerei, por isso, que uma das dimensões fundamentais das Comemorações deveria ser precisamente a produção de conhecimento. Não queria que o cinquentenário se limitasse a uma sucessão de cerimónias ou iniciativas evocativas. Uma comemoração desta natureza podia — e, na minha perspetiva, devia — constituir também um momento de investimento no conhecimento histórico, capaz de deixar resultados que permanecessem para além do próprio ciclo comemorativo.

Isso traduziu-se no apoio a projetos de investigação e editoriais, na colaboração com universidades e centros de investigação, na realização de encontros científicos, na valorização e disponibilização de fontes e na preocupação de integrar no programa temas que durante muito tempo tinham permanecido relativamente periféricos nas narrativas mais consolidadas sobre a Revolução e a democratização portuguesa.

Ao mesmo tempo, a função de Comissária obrigou-me a olhar para o 25 de Abril de uma perspetiva diferente. Enquanto investigadora, posso concentrar-me num problema muito delimitado, aprofundá-lo e assumir plenamente a complexidade e até a controvérsia que o acompanha. Numa função pública, é necessário pensar simultaneamente nos diferentes públicos, nas diferentes memórias, no território, nas gerações que não viveram a Revolução e nas múltiplas formas através das quais uma sociedade se relaciona com o seu passado.

Talvez tenha sido essa a principal mudança no meu olhar. Não alterei a minha interpretação histórica da Revolução, mas passei a compreender muito melhor, por exemplo, a enorme diversidade de relações que os portugueses mantêm com o 25 de Abril. Percebi também, de forma muito mais concreta, que entre o conhecimento produzido pelos historiadores e a memória social de um acontecimento existe um espaço extremamente rico — feito de experiências familiares, memórias locais, afetos, silêncios, conflitos e formas muito distintas de apropriação do passado.

Nesse sentido, estes anos têm sido também, para mim, uma experiência de observação histórica muito particular. Ao mesmo tempo que comemoramos os cinquenta anos da Revolução, estamos a assistir à forma como uma sociedade, meio século depois, interroga, revisita e redefine a sua relação com esse acontecimento. E isso constitui, em si mesmo, um objeto historiográfico de enorme interesse.

- **A investigação histórica procura compreender criticamente o passado; uma comissão comemorativa tem também a responsabilidade de construir uma memória pública sobre esse mesmo passado. Em algum momento sentiu que essas duas responsabilidades entravam em tensão? Como conciliou a liberdade crítica da historiadora com a responsabilidade institucional da Comissária?**

Essa tensão existe e seria pouco realista negá-la. A investigação histórica exige liberdade crítica, distância analítica e disponibilidade para reconhecer ambiguidades, contradições e zonas de conflito. Uma comissão comemorativa, por seu lado, atua no espaço público, responde a uma

responsabilidade institucional e participa inevitavelmente na construção de uma memória coletiva sobre o acontecimento que celebra.

Mas procurei não encarar estas duas dimensões como incompatíveis. Pelo contrário, uma das preocupações centrais foi evitar que a comemoração se confundisse com a construção de uma narrativa oficial, fechada e homogênea sobre o 25 de Abril. Uma democracia não necessita de uma memória única. Necessita de conhecimento histórico rigoroso, de debate informado e de espaço para a expressão de diferentes experiências e memórias.

Isso não significa, naturalmente, que todas as interpretações tenham o mesmo valor do ponto de vista historiográfico. A pluralidade não dispensa o rigor, nem transforma a história numa simples soma de memórias individuais ou coletivas. Há factos, contextos e processos que a investigação histórica permite estabelecer e interpretar criticamente. A função de uma instituição pública não é decidir qual deve ser a única leitura legítima do passado, mas criar condições para que esse passado possa ser conhecido, interrogado e discutido.

Foi nesse equilíbrio que procurei conciliar a historiadora e a Comissária. A primeira obrigava-me a desconfiar de simplificações, de narrativas teleológicas ou excessivamente celebratórias; a segunda obrigava-me a pensar de que forma esse conhecimento podia chegar a públicos muito diferentes e contribuir para uma relação mais informada e plural com o passado.

Em alguns momentos, naturalmente, essa posição exigiu escolhas e equilíbrios difíceis. O 25 de Abril continua a ser um acontecimento politicamente mobilizado e objeto de memórias muito distintas, por vezes conflituais. Mas talvez por isso mesmo me tenha parecido especialmente importante que as Comemorações não procurassem eliminar essas tensões. Procurámos antes criar espaços onde diferentes dimensões e experiências pudessem ser reconhecidas, sem abdicar do conhecimento histórico e dos valores democráticos que dão sentido a uma comemoração pública desta natureza.

Diria, por isso, que não procurei suspender a liberdade crítica da historiadora quando assumi a responsabilidade institucional de Comissária. Procurei antes colocá-la ao serviço de uma política pública de memória que fosse rigorosa, plural e aberta ao debate.

- **Quando se constrói uma comemoração nacional de um acontecimento tão marcante, é inevitável fazer escolhas. Quais foram os princípios que orientaram essas decisões? O que era essencial que os portugueses encontrassem nestas comemorações?**

O programa das Comemorações foi pensado em torno de dois grandes eixos: Memória e Futuro. A ideia era simples, mas para nós fundamental: comemorar os cinquenta anos do 25 de Abril implicava, por um lado, conhecer, preservar e interrogar criticamente o passado; por outro, refletir sobre o significado desse legado para a democracia portuguesa no presente e no futuro.

O eixo da Memória assentou, desde logo, no rigor histórico. As Comemorações não podiam reduzir o 25 de Abril a uma narrativa simplificada, celebratória ou descontextualizada. Era essencial mostrar a complexidade do processo histórico, as suas conquistas, os seus conflitos, as suas diferentes temporalidades e também as suas zonas de tensão. Mas memória significava igualmente pluralidade: integrar diferentes experiências, territórios, gerações e perspetivas e dar visibilidade a dimensões que nem sempre tinham ocupado um lugar central nas narrativas públicas sobre o 25 de Abril, como a Guerra Colonial, as lutas anticoloniais, a descolonização, a experiência das mulheres, os movimentos sociais ou as profundas transformações da sociedade portuguesa.

O eixo do Futuro partia de uma preocupação igualmente importante: não queríamos que o cinquentenário fosse apenas um exercício de evocação. Comemorar Abril significava também interrogar a democracia que construímos, os seus desafios e a forma como os valores associados à Revolução podem ser transmitidos às novas gerações. Por isso, demos particular importância aos jovens, à educação, à cultura e à criação artística, procurando criar linguagens e formas de participação capazes de chegar a quem não viveu a ditadura, a Guerra Colonial ou a própria Revolução.

A estes dois eixos juntaram-se princípios transversais. Um deles foi a descentralização. Uma comemoração nacional só faria sentido se tivesse expressão em todo o território e se não se limitasse a um programa produzido a partir de Lisboa. Procurámos, por isso, estabelecer parcerias com municípios, escolas, universidades, associações, instituições culturais e organizações da sociedade civil, estimulando iniciativas locais e permitindo que diferentes comunidades se apropriassem das Comemorações.

Outro princípio essencial foi precisamente a participação. Não pretendíamos que as pessoas fossem apenas destinatárias de uma programação institucional. Interessava-nos criar condições para que cidadãos, comunidades e instituições pudessem participar, propor iniciativas, recuperar

memórias, produzir conhecimento e encontrar a sua própria forma de se relacionar com o 25 de Abril.

Havia ainda uma preocupação que atravessava todas estas dimensões: deixar um legado. As Comemorações terminam, mas procurámos que permanecessem os resultados da investigação produzida, a documentação recolhida e disponibilizada, os recursos educativos e culturais, as obras criadas e as redes de colaboração estabelecidas ao longo destes anos.

Se tivesse de resumir aquilo que era essencial que os portugueses encontrassem nestas Comemorações, talvez recorresse a três palavras: conhecimento, reconhecimento e participação. Conhecimento sobre a ditadura, a Guerra Colonial, a Revolução, a descolonização e a construção da democracia; reconhecimento da diversidade de experiências e memórias que fazem parte dessa história; e participação na construção de uma relação ativa, crítica e informada com esse passado.

No fundo, a articulação entre Memória e Futuro traduz precisamente esta ideia: conhecer e compreender o caminho percorrido não apenas para recordar o que aconteceu, mas também para pensar a democracia que temos e aquela que queremos continuar a construir.

- **Em algum momento a Comissão teve de decidir entre privilegiar a fidelidade histórica e a capacidade de comunicação com públicos mais amplos? Como lidaram com essa tensão?**

Não colocaria a questão em termos de uma escolha entre fidelidade histórica e capacidade de comunicação. O verdadeiro desafio foi encontrar formas de comunicação que não sacrificassem a complexidade do conhecimento histórico.

A investigação trabalha frequentemente com nuances, temporalidades sobrepostas, conceitos especializados e interpretações que exigem contexto. Quando se comunica para públicos mais amplos, é inevitável selecionar, sintetizar e adaptar linguagens. Mas simplificar a linguagem não significa simplificar o passado.

Foi esse o princípio que procurámos seguir. Em vez de reduzir conteúdos ou eliminar tensões para tornar a mensagem mais acessível, tentámos encontrar formatos capazes de preservar a complexidade histórica: exposições, recursos digitais, projetos educativos, criação artística, podcasts, documentários, iniciativas em espaço público ou conteúdos dirigidos a diferentes faixas etárias.

Em muitos casos, o problema não estava no conteúdo, mas na forma. Um mesmo tema podia ser tratado num seminário científico, numa exposição, numa atividade escolar ou numa peça

de comunicação digital, com níveis de aprofundamento muito diferentes, sem que isso implicasse abdicar do rigor.

A experiência mostrou-me, aliás, que os públicos não rejeitam necessariamente a complexidade. Rejeitam, muitas vezes, linguagens excessivamente fechadas ou autorreferenciais. Quando existe uma mediação adequada, há disponibilidade para conhecer processos históricos difíceis, contraditórios e até desconfortáveis.

Por isso, mais do que escolher entre fidelidade histórica e comunicação, procurámos trabalhar na tradução entre diferentes linguagens e públicos. Esse foi talvez um dos desafios mais interessantes das Comemorações: demonstrar que o rigor histórico pode coexistir com formas de comunicação acessíveis, criativas e exigentes.

- **Houve alguma proposta, iniciativa ou abordagem que acabou por ser abandonada durante o processo? O que essas escolhas revelam sobre os desafios de transformar investigação histórica em política pública?**

Houve propostas e ideias que não avançaram, naturalmente, mas diria que o principal desafio não foi a falta de projetos. Foi, pelo contrário, a enorme quantidade e diversidade de iniciativas que nos foram sendo apresentadas ao longo destes anos.

Isso obrigou-nos a fazer escolhas. Nem todas as propostas tinham o mesmo interesse, a mesma maturidade ou a mesma capacidade de concretização, e também não seria possível à Comissão apoiar diretamente tudo o que surgia. Mas, na maioria dos casos, procurámos evitar uma lógica em que a Comissão fosse apenas uma entidade financiadora. Desde o início, entendemos que o nosso papel deveria ser sobretudo o de impulsionar, articular, criar condições, estabelecer parcerias e ajudar projetos relevantes a encontrar formas de concretização.

Essa orientação foi importante porque permitiu alargar muito o alcance das Comemorações. Em vez de concentrar toda a iniciativa na própria Comissão, procurámos estimular universidades, centros de investigação, instituições culturais, municípios, associações, criadores e outros agentes a desenvolverem os seus próprios projetos.

Foi também por isso que criámos linhas de apoio específicas em áreas que considerávamos particularmente importantes para o legado das Comemorações, nomeadamente a investigação científica, as artes, o cinema e a produção de ensaio. Esses instrumentos permitiram apoiar iniciativas com autonomia própria, ampliar a diversidade de abordagens e incentivar a produção de

conhecimento e a criação que dificilmente poderia resultar apenas de uma programação concebida centralmente.

Naturalmente, houve projetos que ficaram pelo caminho ou que tiveram de ser reformulados. Mas, olhando para o conjunto, diria que uma parte muito significativa das iniciativas relevantes acabou por encontrar formas de concretização, muitas vezes graças a parcerias e modelos de cooperação que iam para além do apoio financeiro direto e também ao amplo envolvimento coletivo que existiu.

Essa experiência revelou-me uma coisa importante sobre a transformação da investigação histórica em política pública: não basta ter boas ideias. É preciso criar estruturas, parceiros, instrumentos e condições de execução que permitam que essas ideias ganhem escala e vida própria. E talvez esse tenha sido um dos aspetos mais positivos das Comemorações: a Comissão funcionou muitas vezes menos como produtora exclusiva de conteúdos e mais como catalisadora de iniciativas. Penso que podemos mesmo dizer que os portugueses se apropriaram das comemorações.

- **Cada vez mais se reconhece a importância de levar a história para além da academia e aproximá-la do espaço público. O que aprendeu, enquanto Comissária, sobre aquilo que o público procura na história e que, por vezes, os historiadores não valorizam suficientemente?**

Uma das coisas que esta experiência me mostrou com maior clareza foi que o público procura na história uma relação de proximidade que os historiadores nem sempre valorizam. Muitas pessoas aproximam-se do passado através de histórias concretas, de objetos, de fotografias, de testemunhos, de memórias familiares ou locais. É muitas vezes a partir desses elementos que se abre a porta para questões históricas mais vastas.

A academia tende, compreensivelmente, a privilegiar problemas, conceitos, debates historiográficos e enquadramentos analíticos. Tudo isso é indispensável. Mas a experiência das Comemorações mostrou-me que existe uma enorme disponibilidade para a história quando ela consegue estabelecer pontes entre essas dimensões mais gerais e experiências concretas, reconhecíveis pelas pessoas.

Aprendi também a importância da dimensão participativa. Há um interesse muito forte em não ser apenas destinatário de uma narrativa histórica, mas em poder contribuir para ela: partilhar

documentos, contar experiências, recuperar memórias locais, identificar protagonistas esquecidos ou relacionar acontecimentos nacionais com histórias familiares e comunitárias.

Outro aspeto que me impressionou foi a força da materialidade do passado. Um documento, uma fotografia, um cartaz, uma gravação sonora ou um filme podem produzir uma relação com a história muito diferente daquela que resulta apenas de um texto explicativo. Talvez porque tornam mais evidente que aquele passado foi vivido por pessoas concretas, em circunstâncias concretas.

Isto não significa substituir a análise histórica pela emoção ou pela memória. Significa reconhecer que a comunicação pública da história se torna mais eficaz quando consegue articular conhecimento, experiência e identificação.

Diria, por isso, que uma das aprendizagens mais importantes foi perceber que o público não procura apenas saber “o que aconteceu”. Procura também compreender como esse passado se relaciona com a sua própria vida, com a sua família, com o lugar onde vive e com o presente. E talvez os historiadores possam explorar melhor essa dimensão sem abdicar da exigência crítica que define o seu trabalho.

- **A experiência das comemorações alterou a sua compreensão do papel social do historiador? Hoje sente que escrever para especialistas e comunicar com a sociedade exigem competências diferentes?**

Em parte, esta questão já surgiu nas respostas anteriores. A experiência das Comemorações confirmou-me que escrever para especialistas e comunicar com públicos mais amplos são exercícios diferentes, que exigem competências também diferentes, embora devam assentar no mesmo rigor.

No trabalho académico, escrevemos para leitores que partilham referências, conceitos e debates historiográficos. No espaço público, isso não pode ser tomado como adquirido. É preciso seleccionar, contextualizar, explicar melhor e encontrar formas de tornar inteligíveis problemas complexos sem os banalizar.

Mas talvez a principal aprendizagem tenha sido outra: comunicar história para a sociedade não é uma versão menor ou simplificada do trabalho historiográfico. É uma dimensão própria da profissão, que exige preparação, capacidade de síntese, atenção às linguagens e conhecimento dos públicos.

A experiência como Comissária tornou-me também mais consciente da responsabilidade social dos historiadores. Não creio que nos caiba fornecer respostas definitivas sobre o passado, muito menos estabelecer memórias oficiais. Mas cabe-nos contribuir para qualificar o debate público, desmontar simplificações, contextualizar usos políticos da história e criar condições para que a sociedade possa relacionar-se de forma mais informada e crítica com o seu passado.

Nesse sentido, talvez hoje atribua ainda maior importância à história pública. Não como alternativa à investigação académica, mas como uma das formas de lhe dar consequência social. A produção de conhecimento continua a ser central, mas importa igualmente pensar como esse conhecimento circula, quem alcança e que instrumentos oferece para compreender o presente.

- **Em diferentes momentos, a senhora afirmou que as comemorações não pretendiam construir uma narrativa única sobre o 25 de Abril. Como se faz uma política pública da memória sem transformar a memória oficial numa memória exclusiva?**

Essa foi uma preocupação central desde o início. Uma política pública de memória não deve transformar-se numa política de imposição de uma memória oficial. Sobretudo quando se trata de um acontecimento como o 25 de Abril, que continua a mobilizar experiências, identidades e interpretações muito diferentes.

O papel da Comissão não era fixar uma narrativa única, mas criar condições para que diferentes memórias pudessem ser conhecidas, confrontadas e contextualizadas. Isso implica reconhecer a pluralidade sem abdicar de critérios históricos. Nem todas as memórias têm de coincidir entre si, e nem todas as interpretações têm o mesmo fundamento documental ou historiográfico.

Por isso, procurámos trabalhar em vários planos: apoiar investigação, valorizar arquivos e fontes, promover debate público, dar espaço a diferentes experiências e incentivar abordagens que permitissem compreender a complexidade do processo revolucionário, da descolonização e da construção democrática.

Também me parece importante distinguir memória de história. A memória é necessariamente situada, seletiva e muitas vezes afetiva. A história procura contextualizar, comparar, problematizar e submeter essas memórias a análise crítica. Uma política pública responsável deve conseguir acolher essa diversidade sem confundir testemunho com prova, memória com explicação histórica ou pluralidade com relativismo.

Nesse sentido, a melhor forma de evitar que uma memória oficial se torne exclusiva é precisamente não procurar encerrar o passado. É criar condições para que ele continue a ser investigado, discutido e reinterpretado à luz de novas fontes, novas perguntas e novas gerações.

Creio que uma democracia madura não precisa de uma memória única sobre o seu passado. Precisa, isso sim, de instituições capazes de garantir acesso, conhecimento, debate e liberdade crítica.

- **Cinquenta anos depois, quais são, na sua opinião, os maiores riscos para a memória democrática: o esquecimento, a simplificação ou a instrumentalização política da história?**

Creio que os três constituem hoje desafios muito relevantes e, em certa medida, estão relacionados entre si.

O esquecimento é talvez o mais evidente, sobretudo à medida que desaparecem as gerações que viveram a ditadura, a Guerra Colonial e a Revolução. Entramos progressivamente num tempo em que a memória comunicativa, transmitida diretamente por testemunhas, deixa de estar disponível. Isso aumenta a responsabilidade das instituições, dos arquivos, da escola e, naturalmente, dos historiadores na preservação e transmissão desse passado.

Mas o esquecimento não significa necessariamente ausência de memória. Pode coexistir, paradoxalmente, com uma presença muito intensa do passado no espaço público. E é aí que surgem os outros dois riscos: a simplificação e a instrumentalização.

A simplificação transforma processos históricos complexos em narrativas lineares, frequentemente construídas a partir das preocupações do presente. No caso do 25 de Abril e do processo revolucionário, esse risco é particularmente evidente. Retiram-se acontecimentos do seu contexto, isolam-se episódios, projetam-se sobre 1974 ou 1975 categorias políticas do presente e perde-se a capacidade de compreender a incerteza, a conflitualidade e a abertura que caracterizam qualquer processo revolucionário.

A instrumentalização política é provavelmente o desafio mais difícil, porque a história sempre foi, e continuará a ser, utilizada no debate político. Isso não é necessariamente ilegítimo. O problema começa quando o passado deixa de ser interrogado e passa a ser usado apenas como um reservatório de argumentos destinados a legitimar posições atuais, selecionando factos, omitindo contextos ou convertendo interpretações em certezas absolutas.

Por isso, diria que o grande desafio para a memória democrática não é conservar uma determinada narrativa sobre o 25 de Abril. É garantir as condições que permitam às gerações futuras continuar a conhecê-lo e a interrogá-lo criticamente: preservar e tornar acessíveis as fontes, investir na investigação, assegurar a transmissão através da educação e promover uma cultura pública capaz de distinguir memória, história e uso político do passado.

À medida que nos afastamos cronologicamente da Revolução, essa responsabilidade torna-se ainda maior. O desaparecimento progressivo das testemunhas não significa que o 25 de Abril tenha de perder importância, mas significa que a relação com esse passado dependerá cada vez mais da qualidade do conhecimento histórico que formos capazes de preservar, produzir e transmitir.

- **Quando aceitou o cargo, que expectativas tinha sobre a relação dos portugueses com o 25 de Abril? Houve algo que a surpreendeu positivamente ou negativamente ao longo destes anos?**

Quando aceitei o cargo, tinha consciência da centralidade do 25 de Abril na memória coletiva portuguesa, mas não antecipava plenamente a dimensão da mobilização que as Comemorações acabariam por gerar.

A experiência tem sido, nesse sentido, surpreendente. Sobretudo em 2023 e 2024, tornou-se muito claro que ninguém queria ficar de fora. Houve uma mobilização extraordinária em todo o país, envolvendo municípios, escolas, universidades, associações, instituições culturais, arquivos, bibliotecas, movimentos cívicos e inúmeras outras entidades. Em muitos casos, as iniciativas surgiram de forma autónoma, a partir das próprias comunidades, sem depender diretamente da Comissão.

Essa mobilização ultrapassou também as fronteiras nacionais. As comunidades portuguesas, as instituições diplomáticas e culturais e vários parceiros internacionais participaram ativamente nas Comemorações. Um bom exemplo foi a exposição *50 Passos para a Liberdade*, produzida pela Comissão e colocada em circulação através do Camões — Instituto da Cooperação e da Língua. A exposição percorreu numerosos países e contextos muito distintos, da China a Cuba, de Angola a Moçambique, mostrando que o 25 de Abril continua a suscitar interesse e a funcionar como ponto de partida para refletir sobre liberdade, democracia, colonialismo e descolonização muito para além de Portugal.

Isso foi particularmente significativo porque mostrou que o 25 de Abril continua a ter uma capacidade muito forte de mobilização social e simbólica. Não se tratou apenas de participar em cerimónias oficiais ou de assinalar uma efeméride. Em muitos territórios e comunidades, dentro e fora do país, as Comemorações foram apropriadas localmente, cruzando memória, história, cultura, educação e participação cívica.

Talvez essa tenha sido a surpresa mais positiva: perceber que, cinquenta anos depois, Abril continua a suscitar vontade de participação, de criação e de reflexão. E perceber também que essa relação não é uniforme. Há formas muito diferentes de celebrar, recordar e interrogar o 25 de Abril, o que revela a vitalidade, mas também a complexidade, da sua presença na sociedade portuguesa e nas comunidades que com ela mantêm vínculos históricos.

Naturalmente, também houve momentos de maior conflitualidade política e leituras muito polarizadas do passado, o que não me surpreendeu inteiramente. Mas, olhando para o conjunto, o que mais me marcou foi a dimensão verdadeiramente nacional e internacional das Comemorações e a vontade generalizada de participar nelas.

Diria, por isso, que a experiência superou as minhas expectativas. O cinquentenário mostrou que o 25 de Abril não pertence apenas à memória de quem o viveu. Continua a ser um acontecimento capaz de mobilizar gerações, instituições e comunidades muito diferentes e de suscitar perguntas sobre o passado, mas também sobre a democracia no presente.

- **Se tivesse de identificar uma decisão tomada pela Comissão que considera particularmente acertada, qual escolheria? E existe alguma que hoje faria de forma diferente?**

Se tivesse de identificar uma decisão particularmente acertada, escolheria talvez a opção de não construir as Comemorações como um programa exclusivamente produzido pela Comissão. Desde muito cedo procurámos criar um modelo aberto, descentralizado e assente em parcerias, capaz de estimular a iniciativa de instituições e comunidades muito diferentes.

Creio que essa opção foi decisiva para a dimensão que as Comemorações acabaram por adquirir. A Comissão nunca teria capacidade para conceber ou realizar diretamente tudo aquilo que aconteceu ao longo destes anos — e, na verdade, nem seria desejável que assim fosse. O facto de municípios, escolas, universidades, associações, instituições culturais, investigadores, artistas e cidadãos terem criado os seus próprios projetos deu às Comemorações uma diversidade e uma

implantação territorial que dificilmente teriam resultado de uma programação excessivamente centralizada.

Foi também essa lógica que nos permitiu funcionar, em muitos casos, mais como impulsionadores e catalisadores do que como produtores exclusivos. Criámos enquadramentos, estabelecemos parcerias, disponibilizámos conteúdos, apoiámos projetos e procurámos fazer circular iniciativas que pudessem depois adquirir vida própria. A mobilização que observámos, sobretudo em 2023 e 2024, confirmou-me que essa foi uma escolha acertada. Como já referi, os portugueses apropriaram-se das comemorações, e a festa “foi bonita, pá”.

Quanto ao que faria de forma diferente, não identificaria uma decisão concreta que hoje invertesse por completo. Mas a experiência permite sempre perceber coisas que, no início, não eram tão evidentes. Talvez tivesse dado ainda mais atenção, desde uma fase muito precoce, à sistematização e preservação do enorme conjunto de materiais, projetos e experiências produzidos durante as Comemorações.

Um ciclo desta dimensão não produz apenas exposições, livros, filmes ou iniciativas públicas. Produz também documentação, arquivos digitais, testemunhos, redes institucionais e novas formas de relação com o passado. Preservar essa memória das próprias Comemorações e garantir que fica acessível para investigação futura é também uma forma de construir o seu legado.

Nesse sentido, mais do que falar de arrependimento, falaria de aprendizagem. Um projeto desta escala ensina-nos que é tão importante pensar aquilo que queremos realizar como preparar, desde o princípio, as condições para que o que foi realizado possa permanecer, ser estudado e continuar a produzir efeitos depois de a estrutura comemorativa desaparecer.

- **As comemorações terminam, mas a relação da sociedade com o 25 de Abril continua. Que estruturas, práticas ou projetos considera importante que permaneçam depois do encerramento oficial da Comissão?**

Creio que o mais importante é garantir que o encerramento da Comissão não signifique o desaparecimento do trabalho realizado nem das redes que foram criadas ao longo destes anos.

Há, desde logo, uma dimensão muito concreta: preservar e manter acessíveis os conteúdos digitais, os recursos educativos, as exposições, os registos audiovisuais e a documentação produzida no âmbito das Comemorações. Uma parte importante do legado dependerá da capacidade de assegurar continuidade, atualização e acesso público a esse património.

Mas há também um legado institucional menos visível e talvez igualmente importante: as redes de colaboração que se estabeleceram entre universidades, escolas, municípios, arquivos, museus, associações, instituições culturais e organismos públicos. Seria muito importante que essas ligações não se desfizessem com o fim da estrutura comemorativa.

Do ponto de vista da investigação, gostaria que permanecesse o impulso dado ao estudo da ditadura, da Guerra Colonial, da Revolução, da descolonização e da construção da democracia. As Comemorações criaram condições para novos projetos, novas fontes e novas perguntas. Esse trabalho deve continuar, não apenas porque ainda há muito por conhecer, mas também porque cada geração interroga o passado a partir de problemas diferentes.

Na área da educação, parece-me igualmente essencial que os materiais produzidos possam continuar a ser usados e atualizados. A transmissão do conhecimento sobre o 25 de Abril não pode depender apenas das efemérides. Deve integrar de forma continuada o trabalho das escolas e das instituições culturais.

E há, finalmente, uma dimensão que considero decisiva: manter espaços públicos de reflexão sobre a democracia. O 25 de Abril não deve permanecer apenas como objeto de memória. Deve continuar a servir de ponto de partida para pensar liberdade, direitos, participação, cidadania, desigualdades e os desafios que se colocam às democracias contemporâneas.

Se alguma coisa gostaria que permanecesse depois do encerramento da Comissão, seria precisamente essa capacidade de articular memória, conhecimento e cidadania. As estruturas podem terminar; o trabalho de compreender e discutir a democracia deve continuar.

- **Ao longo destes anos, o que acredita ter sido o principal legado institucional das comemorações para as futuras políticas públicas de memória em Portugal?**

Talvez o principal legado institucional das Comemorações esteja menos numa estrutura concreta do que num modo de fazer.

Ao longo destes anos, procurámos construir uma política pública de memória que não fosse exclusivamente centralizada nem dependesse apenas de iniciativas do Estado. Trabalhámos, como já referi, com uma multiplicidade de entidades, associações e agentes. Esse percurso mostrou que este tipo de política pode ganhar muito quando é pensado em rede, com diferentes centros de iniciativa e com capacidade para envolver a sociedade civil.

Outro aspeto importante foi a articulação entre investigação, educação, cultura e comunicação pública. Muitas vezes estas áreas funcionam separadamente. Nas Comemorações,

procurámos que dialogassem entre si: que a investigação pudesse alimentar exposições e projetos educativos; que os arquivos servissem de base a novas narrativas; que a criação artística abrisse outras formas de relação com o passado; e que os resultados não permanecessem confinados a públicos especializados.

Um exemplo é a exposição *A Palavra é o Lugar*, inaugurada recentemente nos jardins da Assembleia da República a propósito dos cinquenta anos da Constituição. Trata-se de uma exposição de arte no espaço público que parte da Constituição para recordar que ela é muito mais do que um texto jurídico: está presente na forma como vivemos, nos direitos que exercemos, nas liberdades de que usufruímos e nas responsabilidades que partilhamos. A proposta é precisamente essa: trazer a Constituição para o presente, convidando a pensá-la, a discuti-la e, sobretudo, a reconhecer que uma Constituição democrática deve ser vivida e cumprida.

Creio também que ficou uma aprendizagem importante na relação entre memória e participação. As Comemorações mostraram que é possível construir uma política pública que não trate os cidadãos apenas como destinatários, mas também como participantes, produtores de memória e agentes na construção das próprias iniciativas.

Se esta experiência puder deixar alguma marca para futuras políticas públicas de memória em Portugal, gostaria que fosse precisamente essa: a ideia de que comemorar não significa apenas evocar ou celebrar. Significa criar condições para produzir conhecimento, preservar fontes, estimular a participação, promover o debate e estabelecer pontes entre o passado e os problemas do presente.

Talvez esse seja o legado institucional mais relevante: ter demonstrado que uma política pública de memória pode ser simultaneamente exigente do ponto de vista histórico, aberta do ponto de vista social e capaz de gerar iniciativas que ultrapassam largamente a própria instituição que lhes deu impulso.

- **Depois desta experiência, se regressasse exclusivamente à investigação académica sobre o 25 de Abril, que perguntas faria hoje que talvez não fizesse antes de assumir a função de Comissária?**

Regressarei à lecionação e à investigação, e penso que o farei com um conjunto de perguntas novas. Estes anos deram-me uma perspetiva que dificilmente teria adquirido apenas a partir do trabalho académico.

Se voltar a investigar o 25 de Abril de forma mais exclusiva, interessar-me-á certamente compreender melhor não apenas o processo revolucionário em si, mas também a forma como ele foi sendo apropriado, reinterpretado e disputado ao longo do tempo. A experiência das Comemorações mostrou-me, com particular intensidade, que a história de um acontecimento não termina no momento em que ele ocorre. Prolonga-se nas memórias que produz, nos silêncios que deixa, nas narrativas que se constroem e nos usos públicos que dele se fazem.

Gostaria também de aprofundar a relação entre história, memória e políticas públicas. Como se transforma conhecimento histórico em programação pública? Como se selecionam temas, linguagens e formatos? Como reagem diferentes públicos às narrativas históricas? Que papel desempenham os arquivos, a escola, os media, a criação artística ou as instituições culturais na forma como uma sociedade se relaciona com o seu passado?

Outra questão que me parece hoje particularmente estimulante é a da escala. As Comemorações permitiram-me observar simultaneamente dimensões nacionais, locais e internacionais da memória do 25 de Abril. Isso abre possibilidades de investigação sobre a circulação transnacional das memórias da Revolução, sobre as diferentes apropriações do acontecimento e sobre a forma como o 25 de Abril é lido a partir de contextos históricos e políticos distintos.

Por isso, não diria que regressarei simplesmente aos temas que estudava antes. Regressarei à investigação com uma experiência acumulada que alterou o tipo de perguntas que me interessam. Talvez passe a olhar menos apenas para o que aconteceu entre 1974 e 1976 e mais para a forma como esse passado continua a ser produzido, transmitido, discutido e transformado no presente.

- **Um dos pontos que chamaram atenção nas comemorações sobre os 50 anos da Revolução foi o seu reenquadramento em uma escala global, particularmente incorporando o cenário das lutas anticoloniais. As lutas pelo fim do colonialismo português, neste sentido, acabaram por ser apontadas, por determinados grupos, como tendo sido o início da revolução – colocando, portanto, a África, e não Portugal (na Europa) como o eixo explicativo do fenômeno histórico-político. De que maneira se posiciona em relação a esta questão?**

A questão colonial esteve indiscutivelmente na origem do 25 de Abril. Não podemos compreender a queda da ditadura portuguesa sem ter presente treze anos de guerra em Angola, na Guiné e em Moçambique, o impasse político e militar a que o regime chegou e o impacto desse

conflito nas Forças Armadas. O próprio Movimento dos Capitães nasceu no contexto da Guerra Colonial, ainda que as suas motivações se tenham rapidamente alargado e politizado. Nesse sentido, recolocar África na explicação do 25 de Abril não é, a meu ver, uma revisão artificial do acontecimento: é restituir-lhe uma dimensão que durante muito tempo foi insuficientemente integrada em certas narrativas públicas da Revolução.

Mas teria alguma reserva em substituir uma leitura exclusivamente portuguesa e europeia por uma leitura igualmente exclusiva que colocasse em África todo o eixo explicativo do fenómeno. O 25 de Abril resulta da convergência de vários processos: a longa duração da ditadura, a oposição e a resistência ao regime, as transformações da sociedade portuguesa, o isolamento internacional do colonialismo português, as lutas de libertação, a guerra e, finalmente, a crise no interior das próprias Forças Armadas. A especificidade histórica do acontecimento está precisamente na articulação entre estas diferentes dimensões.

Foi essa perspetiva que procurámos incorporar nas Comemorações. As guerras coloniais, as lutas anticoloniais e a descolonização não foram tratadas como capítulos laterais de uma história cujo centro permanecia exclusivamente em Lisboa. Procurámos criar ocasiões para pensar o 25 de Abril numa escala mais ampla, portuguesa, africana e internacional.

A atenção dedicada a Amílcar Cabral inscreve-se nesse propósito. Cabral é incontornável não apenas para a história das independências da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, mas também para compreender o desgaste do colonialismo português e a dimensão internacional das lutas anticoloniais. Recuperar a sua trajetória e o seu pensamento permite perceber melhor que a história que desemboca no 25 de Abril se estava também a fazer em Conacri, na Guiné, em Angola, em Moçambique e nos diversos espaços internacionais onde o colonialismo português era contestado.

Foi também com essa preocupação que, em 2025, promovemos uma sondagem sobre as perceções da Guerra Colonial e da descolonização realizada em Portugal, Angola e Cabo Verde. Interessava-nos precisamente não pressupor a existência de uma memória comum. Cinquenta anos depois, os mesmos processos históricos são recordados a partir de experiências nacionais, familiares e políticas diferentes. Colocar essas perceções em confronto permite-nos compreender não apenas aquilo que sabemos sobre o passado, mas também aquilo que cada sociedade escolheu recordar, esquecer ou transformar ao longo destas cinco décadas.

Parece-me, por isso, muito produtivo este reenquadramento global e, em particular, euro-africano do 25 de Abril. Ele permite ultrapassar uma narrativa excessivamente autocentrada e recordar uma evidência histórica fundamental: o fim da ditadura portuguesa, o fim da guerra e o

processo de descolonização fazem parte de uma mesma conjuntura histórica, embora não possam ser reduzidos a uma única causalidade ou a uma única narrativa.

Talvez o desafio historiográfico mais interessante esteja precisamente aí: não deslocar simplesmente o centro de Portugal para África, mas questionar a própria ideia de que esta história possa ser compreendida a partir de um único centro.

- **Ainda nesta seara, chamaram a atenção as mobilizações ocorridas pelos poderes constituídos hodiernamente nos países africanos, antigas colônias portuguesas. Houve casos, por exemplo, vindos do governo do MPLA, de Angola. Do ponto de vista da história pública e mesmo da gestão da memória histórica, de que forma reflete sobre esta mobilização angolana, por assim dizer, dos Cravos?**

Penso que essa mobilização é muito reveladora da forma como os acontecimentos históricos adquirem significados diferentes quando atravessam fronteiras e são integrados em memórias nacionais distintas.

Em Portugal, o 25 de Abril é sobretudo associado ao fim da ditadura, à conquista da liberdade e ao início do processo democrático. Em Angola, como noutros antigos territórios colonizados por Portugal, a mesma data inscreve-se inevitavelmente numa história diferente: a do fim do colonialismo português e do processo que conduziu à independência. Não estamos, portanto, perante uma memória única que simplesmente se exporta de um país para outro, mas perante diferentes apropriações de um mesmo acontecimento histórico.

Do ponto de vista da história pública, isso parece-me particularmente interessante. Obrigamos a abandonar uma visão excessivamente nacional do 25 de Abril e a perceber que as suas consequências foram profundamente distintas nos vários territórios envolvidos. A Revolução portuguesa teve uma dimensão internacional e, em particular, africana que não pode ser separada da descolonização.

Naturalmente, todas as políticas de memória são também construídas no presente. Os Estados, os partidos, as instituições e os movimentos sociais selecionam determinados acontecimentos, protagonistas e narrativas porque eles continuam a ter significado político. Angola não constitui uma exceção a esse processo. O importante, do ponto de vista histórico, é não confundir essas mobilizações da memória com a própria história e procurar compreender em que contexto surgem, que elementos privilegiam e quais silenciam.

Enquanto Comissária, pareceu-me importante que as Comemorações reconhecessem essa diversidade de perspectivas e criassem espaço para o diálogo com os países africanos que partilham esta história. Não para produzir uma narrativa comum ou consensual — provavelmente impossível e nem sequer desejável —, mas para tornar visível que o 25 de Abril, a guerra, as lutas de libertação e as independências fazem parte de uma história profundamente interligada.

Nesse sentido, interessa-me menos saber a quem “pertence” a memória dos Cravos do que perceber como ela é apropriada, reinterpretada e resignificada em diferentes contextos. Essas diferenças não constituem necessariamente um obstáculo à compreensão histórica; podem, pelo contrário, ajudar-nos a perceber melhor a complexidade dos processos que o 25 de Abril desencadeou ou acelerou.

- **Neste mesmo sentido houve cenário da politização das diferentes memórias oriundas da Guerra Colonial/guerra de libertação na Guiné-Bissau, onde particularmente se destaca o caso de Marcelino da Mata, militar guineense condecorado por ter lutado no exército português. Como sabe, este é apenas um, dentre muitos, casos – inclusive do grupo de cidadãos da Guiné-Bissau que (ainda) espera por reconhecimento (e reforma) vinda do Estado português. Como seus papéis de historiadora e de Comissária se relacionam neste âmbito?**

O caso de Marcelino da Mata é particularmente revelador da complexidade destas memórias. Trata-se de uma figura que ocupa lugares muito diferentes nas narrativas sobre a Guerra Colonial: para uns, um militar de exceção ao serviço do Exército português; para outros, uma figura inseparável da violência da guerra e do próprio sistema colonial. A polémica que acompanhou a sua morte, em Portugal, mostrou bem como estas memórias continuam longe de estar estabilizadas.

Enquanto historiadora, parece-me essencial resistir à tentação de transformar figuras como Marcelino da Mata em símbolos unívocos. O trabalho histórico exige precisamente restituir contexto, compreender percursos, enquadrar escolhas e reconhecer que a experiência dos africanos que combateram nas Forças Armadas portuguesas não cabe facilmente em narrativas simples de pertença nacional, colaboração ou traição.

Há depois uma outra dimensão, que a pergunta também coloca e que me parece muito importante: a situação dos antigos combatentes africanos que serviram Portugal e as questões de reconhecimento, nacionalidade, pensões ou reparação que continuam a ser debatidas. Aqui, a responsabilidade da historiadora é contribuir para esclarecer os processos históricos e tornar

visíveis experiências que durante muito tempo permaneceram periféricas. A responsabilidade das instituições públicas é diferente: cabe-lhes avaliar e decidir sobre direitos e formas de reconhecimento.

Enquanto Comissária, o meu papel não era resolver essas questões, que ultrapassam claramente as competências da Comissão. Mas era importante criar espaço para que estas histórias pudessem ser conhecidas e discutidas e para que a Guerra Colonial fosse abordada também a partir da experiência dos africanos que combateram integrados nas forças portuguesas.

Este é, aliás, um dos domínios em que a história pública pode ter um papel particularmente útil. Não necessariamente porque produza consensos, mas porque pode ajudar a formular melhor as perguntas, a distinguir responsabilidades históricas e políticas e a impedir que experiências humanas muito complexas sejam reduzidas a simples instrumentos de disputa memorial.

Como referi, o caso de Marcelino da Mata mostra bem isso: cinquenta anos depois, a Guerra Colonial continua a produzir memórias concorrentes, silêncios e reivindicações. A função do historiador não é arbitrar essas memórias, mas contribuir para que sejam compreendidas no seu contexto e confrontadas com o conhecimento histórico disponível.

- **Ainda sobre o cenário africano das comemorações, chamou atenção a reiteração da importância da liderança de Amílcar Cabral neste panorama euro-africano do significado dos Cravos. Por outro lado, chamou igualmente atenção para o uso dispar de sua memória, se, por exemplo, perspectivarmos manifestações da diáspora africana em Lisboa com a dos poderes instituídos seja em Bissau, seja na Cidade da Praia. De que forma este jogo de memórias com os poderes (e seus significados) contribui, ou não, para uma melhor compreensão da complexidade do fenómeno histórico em torno do 25 de abril?**

A figura de Amílcar Cabral é um excelente exemplo da forma como uma mesma personagem histórica pode adquirir significados muito distintos consoante os contextos nacionais, políticos e memoriais em que é evocada. A sua memória circula entre a Guiné-Bissau, Cabo Verde, Portugal e as diásporas africanas, e essa circulação produz apropriações diferentes, por vezes complementares, por vezes concorrentes.

Do ponto de vista historiográfico, isso não me parece um problema a eliminar, mas um objeto a compreender. As memórias não são reproduções transparentes do passado; são construções do presente, moldadas por identidades, conflitos, projetos políticos e experiências

coletivas. No caso de Cabral, essa diversidade é particularmente evidente, porque estamos perante uma figura simultaneamente ligada às lutas anticoloniais, à construção das independências africanas, ao pensamento político internacionalista e à própria história do fim do império português.

Foi precisamente essa complexidade que procurámos trabalhar nas Comemorações. A iniciativa *Amílcar Cabral, uma exposição* esteve patente em Lisboa e na Guiné-Bissau e foi depois transformada na exposição itinerante *Cabral Ka Mori*, que tem percorrido diferentes pontos do país. Esse percurso é, por si só, significativo: permite que a figura e o pensamento de Cabral sejam revisitados em contextos muito diferentes e por públicos diversos.

A Comissão preparou também uma exposição para o Campo do Tarrafal, outro lugar incontornável desta história cruzada entre ditadura, repressão política, colonialismo e resistência. O Tarrafal obriga-nos precisamente a pensar estas histórias em conjunto e a recusar separações demasiado rígidas entre uma história portuguesa e uma história africana.

Estas iniciativas partiram de uma convicção simples: a história pública ganha quando cria espaços para que diferentes memórias se encontrem, se confrontem e se contextualizem. Não se trata de produzir uma síntese artificial nem uma narrativa consensual, mas de permitir que a complexidade histórica se torne visível.

Nesse sentido, os usos distintos da memória de Amílcar Cabral podem contribuir para uma melhor compreensão do 25 de Abril, desde que sejam acompanhados por trabalho histórico crítico. Eles mostram que a Revolução portuguesa não pode ser plenamente compreendida sem as lutas anticoloniais e que, inversamente, as memórias dessas lutas continuam a ser redefinidas pelas sociedades que delas se reclamam ou com elas dialogam.

Talvez seja essa uma das funções mais importantes da história pública: não apagar os conflitos de memória, mas criar condições para que sejam pensados historicamente.

- **Como se pronuncia em relação ao debate entre os usos das datas históricas, particularmente no que tange ao 25 de abril de 1974 e o 25 de novembro de 1975?**

Penso que o debate em torno do 25 de Abril de 1974 e do 25 de Novembro de 1975 mostra bem como as datas históricas podem adquirir, ao longo do tempo, significados que ultrapassam largamente o acontecimento original.

Do ponto de vista histórico, as duas datas pertencem ao mesmo processo, mas não são equivalentes nem simétricas. O 25 de Abril marca a queda da ditadura e o início de uma transformação política profunda que abriu caminho à democracia. O 25 de Novembro ocorre já

no interior desse processo e corresponde a um momento decisivo da sua evolução, associado ao fim da fase mais radical da Revolução e à redefinição das relações de força políticas e militares.

O problema surge quando as datas deixam de ser usadas como pontos de entrada para compreender processos históricos complexos e passam a funcionar como símbolos identitários ou instrumentos de legitimação política. Isso aconteceu com ambas. Em determinados momentos, o 25 de Abril foi apropriado por leituras muito específicas da Revolução; mais recentemente, o 25 de Novembro ganhou também uma forte carga política e memorial.

Enquanto historiadora, interessa-me sobretudo evitar leituras que transformem uma data em correção ou anulação da outra. O 25 de Novembro não apaga o 25 de Abril, tal como o 25 de Abril não dispensa a compreensão das tensões, conflitos e derrotas que marcaram o processo revolucionário.

Creio que uma sociedade democrática deve poder discutir e assinalar ambas as datas, desde que não se perca a diferença histórica entre elas nem se substitua análise por celebração identitária. A utilidade pública dessas efemérides está precisamente na capacidade de nos obrigarem a regressar aos contextos, aos atores e às alternativas que estavam então em aberto.

Nesse sentido, o debate atual diz talvez tanto sobre o presente como sobre 1974 ou 1975. E isso, por si só, é também matéria de interesse histórico.

- **Voltando à questão do acesso público à documentação histórica e mesmo à democratização da memória, em seu ponto de vista, como se deve compreender – e mesmo superar – os desafios para a manutenção que os acervos digitalizados, em Portugal, têm sofrido nos últimos anos. Refere-se, aqui, por exemplo, ao acervo Memórias da África e do Oriente – mas, como sabe, há outros também que estão passando por dificuldades.**

Esta é uma questão que me preocupa bastante, porque a digitalização criou, por vezes, a ilusão de que preservar digitalmente é resolver definitivamente o problema do acesso. Não é. Um acervo digital exige manutenção continuada, atualização tecnológica, migração de formatos, preservação de metadados, capacidade de armazenamento, equipas especializadas e, sobretudo, responsabilidade institucional claramente definida.

O caso do *Memórias de África e do Oriente* é particularmente significativo. Trata-se de um projeto pioneiro, desenvolvido desde finais da década de 1990, que reuniu e tornou acessível um património documental e bibliográfico de enorme importância para o estudo das relações históricas

entre Portugal, África e outros espaços do antigo império. Precisamente por isso, as dificuldades que o projeto tem atravessado mostram como projetos digitais de grande valor podem tornar-se vulneráveis quando dependem de financiamento descontínuo, de equipas reduzidas ou de enquadramentos institucionais pouco estáveis.

A primeira condição para superar este problema é reconhecer que a preservação digital não é um projeto com princípio e fim. É uma função permanente. Digitalizar um arquivo não basta; é preciso garantir a sua continuidade, integridade, interoperabilidade e acessibilidade a longo prazo. Essa é, aliás, uma preocupação já assumida pelas instituições responsáveis pela política arquivística em Portugal, que sublinham a necessidade de processos, ferramentas e recursos próprios para a conservação continuada dos objetos digitais.

Creio, por isso, que precisamos de políticas mais estruturadas para estes acervos, que não dependam exclusivamente de projetos temporários ou de ciclos de financiamento pontuais. Isso implica definir responsabilidades institucionais, criar mecanismos de financiamento continuado, adotar normas técnicas comuns e favorecer a cooperação entre arquivos, bibliotecas, universidades e outras instituições de memória.

Há também aqui uma questão democrática. O acesso público às fontes não é apenas uma questão técnica ou académica. Quando disponibilizamos documentação histórica, ampliamos as condições de acesso ao conhecimento e permitimos que investigadores, estudantes, professores e cidadãos possam interrogar diretamente o passado. No caso dos acervos relacionados com o colonialismo, a guerra e a descolonização, essa dimensão é ainda mais importante, porque estamos perante patrimónios que interessam a várias sociedades e que não podem ser pensados apenas a partir de Portugal.

Por isso, diria que o grande desafio dos próximos anos não é apenas digitalizar mais. É garantir que aquilo que já foi digitalizado permanece acessível, tecnicamente preservado e institucionalmente protegido. Criar um acervo digital sem assegurar a sua continuidade é correr o risco de produzir uma nova forma de perda documental.

- **Ainda no que tange aos acervos e mobilizações do passado, há o caso da iniciativa de fazer um museu em Santa Comba Dão com a documentação de Salazar – e neste ponto se imbricaram novos pontos, como por exemplo, a iniciativa do Ephemera dentro do debate entre o que se guarda, o que se comemora, como, para quê e por quem se preserva e se revê o passado. Como essas complexidades interpelaram o seu papel nas comemorações oficiais do 25 de Abril?**

Estas questões interpelaram-nos diretamente porque obrigam a distinguir três operações que muitas vezes aparecem confundidas no debate público: preservar, estudar e comemorar.

Preservar documentação ou património relacionado com uma figura histórica não significa celebrar essa figura. Pelo contrário, a preservação é condição para a investigação crítica. O problema surge quando um arquivo, uma casa, um museu ou um centro interpretativo são apresentados sem enquadramento suficiente e correm o risco de produzir uma leitura memorial excessivamente celebratória, apologética ou descontextualizada.

O debate em torno de Santa Comba Dão mostra precisamente essa dificuldade. A documentação associada a Salazar tem valor histórico e deve ser preservada, estudada e disponibilizada. Mas qualquer projeto de musealização exige uma reflexão muito cuidada sobre o seu enquadramento: Que perguntas coloca? Que contexto oferece? Que vozes inclui? Que relação estabelece entre a biografia individual e a natureza do regime ditatorial?

Nesse sentido, iniciativas de preservação documental, como as desenvolvidas por estruturas da sociedade civil, têm também um papel importante. Recordam-nos que guardar o passado é uma tarefa ampla e que muito património político, social e associativo se perderia sem esse esforço. Mas preservar não dispensa critérios de organização, contextualização e acesso.

Enquanto Comissária, estas questões reforçaram uma convicção que atravessou todo o trabalho das Comemorações: uma política pública de memória deve criar condições para conhecer o passado, não para o sacralizar. Isso vale tanto para os protagonistas da democracia como para as figuras e instituições da ditadura.

O desafio está em evitar dois riscos opostos: apagar aquilo que incomoda ou, inversamente, transformar a preservação em homenagem. Entre esses extremos existe um espaço essencial para a história pública: preservar, contextualizar, expor criticamente e permitir que os cidadãos compreendam a complexidade do passado.

Talvez seja essa a questão central. Não se trata apenas de decidir o que guardar, mas de pensar como se guarda, como se apresenta, com que enquadramento e com que finalidade pública.

- **Como historiadora, como cidadã e como Comissária, de maneira objetiva, como se posiciona em relação ao debate entre a revolução conseguida – no sentido do fim da ditadura – e a “revolução traída”, eventualmente mobilizada pela extrema-esquerda?**

Enquanto historiadora, teria alguma reserva em usar as expressões “revolução conseguida” ou “revolução traída” como categorias explicativas. Ambas pertencem mais ao campo da memória política e das interpretações ideológicas do que ao da análise histórica propriamente dita.

O 25 de Abril conseguiu, sem dúvida, aquilo que esteve na sua origem imediata: derrubar a ditadura, pôr fim a um regime autoritário de quase meio século e abrir um processo de transformação política e social profundo. Mas a Revolução não tinha um desfecho previamente definido. Antes pelo contrário. Entre 1974 e 1976 coexistiram projetos muito diferentes para o futuro do país, com concepções distintas de democracia, socialismo (ou socialismos, se analisarmos o discurso político da época), poder popular, papel das Forças Armadas e organização económica e social.

É precisamente por isso que a ideia de uma “revolução traída” me parece historicamente problemática. Pressupõe que existia uma revolução autêntica, com um destino previamente estabelecido, que teria sido interrompido ou desviado. Ora, o processo revolucionário português foi marcado por conflitualidade, incerteza e disputa entre alternativas concorrentes. O resultado final não correspondeu plenamente ao projeto de nenhum dos atores envolvidos.

Isso não significa desvalorizar a importância das expectativas e das utopias revolucionárias. Pelo contrário, elas são essenciais para compreender 1974 e 1975. Para muitos setores da extrema-esquerda, mas também para outros movimentos sociais e políticos, a Revolução abriu possibilidades de transformação que depois não se concretizaram. Essas percepções fazem parte da história do período e da sua memória posterior.

Mas, do ponto de vista historiográfico, parece-me mais útil falar de projetos vencidos e vencedores, de compromissos, de ruturas e de recomposições do que de traição. A democracia portuguesa que emergiu desse processo não foi simplesmente a negação da Revolução. Foi também um dos seus resultados.

Enquanto cidadã e enquanto Comissária, acrescentaria ainda que a importância do 25 de Abril reside precisamente no facto de ter aberto um campo de possibilidades e de ter permitido que o conflito político passasse a ser resolvido num quadro democrático. Isso não elimina as disputas sobre o significado da Revolução, mas ajuda a colocá-las no seu lugar: como parte de uma

história plural e conflituosa, e não como prova de que existia um único caminho legítimo que teria sido interrompido.

- **Embora hoje Portugal seja um país que recebe muitos imigrantes, sabe-se do longo processo de emigração que se desenvolveu durante o período Salazarista. Sabe-se, também, como o regime fez uso das suas estruturas para fomentar a sua leitura da “identidade portuguesa” (sob o prisma salazarista, bem entendido) nas comunidades não apenas que viviam nas colônias, mas que emigraram para o Brasil, para os Estados Unidos, para a França etc. Como está o entendimento/memória do 25 de abril nestas diferentes escalas de construção de memória histórica?**

A memória do 25 de Abril fora de Portugal é necessariamente muito diversa, porque se constrói em contextos nacionais, geracionais e familiares muito diferentes.

Nas comunidades portuguesas que se formaram durante a ditadura, sobretudo através da emigração para França, Brasil, Estados Unidos, Luxemburgo ou outros destinos, o 25 de Abril foi muitas vezes vivido como uma rutura muito concreta com o regime que tinham deixado para trás. Para muitos emigrantes, a Revolução significou liberdade política, possibilidade de regresso, transformação da relação com o Estado português e revisão de uma identidade nacional que o Estado Novo tinha procurado enquadrar e projetar também no exterior.

Mas essa memória não permaneceu estática. Foi sendo transmitida às gerações seguintes, reinterpretada e, em alguns casos, enfraquecida. Para quem já nasceu fora de Portugal ou não viveu diretamente a ditadura, o 25 de Abril pode ser uma referência familiar ou identitária, mas já não necessariamente uma memória vivida. A relação com a Revolução passa então mais pela educação, pelas associações, pelas instituições culturais, pelos media e pelas formas como Portugal projeta publicamente essa história.

As Comemorações permitiram-nos observar precisamente essa diversidade. Como referi, houve uma forte mobilização fora do país, através das comunidades portuguesas, das embaixadas, dos centros culturais e de outras instituições. Mas também percebemos que o 25 de Abril é lido de maneira diferente consoante o lugar: no Brasil, por exemplo, dialoga inevitavelmente com a memória da ditadura militar; em França, cruza-se com a história da emigração portuguesa e do exílio; em vários países africanos, associa-se sobretudo ao fim do colonialismo português e às independências.

Isso mostra que o 25 de Abril tem uma memória transnacional. Não existe apenas como acontecimento da história portuguesa, mas como referência que é reinterpretada a partir de outras experiências de autoritarismo, migração, exílio, colonialismo, resistência e democratização.

Talvez o desafio seja precisamente esse: evitar pensar as comunidades portuguesas no exterior apenas como prolongamentos da memória nacional. Elas produzem também as suas próprias leituras do 25 de Abril, resultantes do encontro entre a história portuguesa e os contextos em que essas comunidades viveram e vivem.

Para a investigação histórica, este é um campo particularmente rico. Permite-nos perceber como uma mesma data se transforma quando atravessa fronteiras, gerações e experiências políticas distintas e como a memória do 25 de Abril se tornou, também, parte de uma história transnacional da democracia portuguesa.

- **Depois de tantos anos estudando o 25 de Abril e de ter conduzido as comemorações do seu cinquentenário, o que gostaria que permanecesse na memória das próximas gerações quando já não houver testemunhas vivas da Revolução? Que responsabilidades passarão, então, a caber aos historiadores?**

Gostaria, acima de tudo, que permanecesse a consciência de que o 25 de Abril não foi apenas uma mudança de regime. Foi uma rutura que abriu um campo novo de possibilidades políticas, sociais e culturais e que tornou possível a construção da democracia em Portugal.

Quando já não houver testemunhas vivas da Revolução, essa memória deixará de poder apoiar-se na experiência direta. Passará a depender ainda mais dos arquivos, da escola, da investigação, das instituições culturais e da capacidade de cada geração para voltar a interrogar esse passado.

A responsabilidade dos historiadores será, por isso, particularmente importante. Caber-lhes-á preservar a complexidade, resistir às simplificações, contextualizar os conflitos, tornar visíveis experiências diferentes e continuar a produzir conhecimento a partir de novas fontes e de novas perguntas.

Mas creio que haverá também uma responsabilidade mais ampla: impedir que o 25 de Abril se transforme apenas numa data ritual ou num património simbólico esvaziado do seu significado histórico. A memória democrática só permanece viva se continuar a ser interrogada, discutida e relacionada com os problemas do presente.

Gostaria que as próximas gerações percebessem que a democracia não nasceu pronta nem estava garantida. Foi construída num processo difícil, conflituoso e incerto, por pessoas com projetos diferentes e, muitas vezes, incompatíveis.

Talvez seja essa a ideia que mais gostaria que permanecesse: a democracia é uma conquista histórica, mas é também uma construção permanente. Conhecer o 25 de Abril não serve apenas para compreender de onde viemos. Serve também para lembrar que aquilo que hoje parece adquirido exigiu escolhas, conflitos, compromissos e participação e continuará sempre a exigir responsabilidade cívica.

Recebida: 03 de agosto de 2026

Aprovada: 14 de agosto de 2026